

RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS PARA ESTUDANTES EM VULNERABILIDADE SOCIAL

Autor 01 Jefferson Vinicius Bomfim Vieira; Autor 02 Stallen Souza Santos; Autor 03 Sayonara Cotrim Sabioni (Professora Orientadora). E-mail: sayosabioni@gmail.com.; Autor 04 Fabrício Pereira da Silva (Professor Coorientador). E-mail: fabriciopersi@gmail.com.

No ano de 2013 foi implantado o Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia. Após o primeiro ano, percebeu-se uma grande necessidade dos estudantes do apoio para a sua permanência no curso, devido à grande vulnerabilidade social destes estudantes, que eram em sua maioria beneficiários da reforma agrária e/ ou oriundos de outros municípios e diversas etnias, observando-se uma grande taxa de desistência. “No conjunto das políticas que se processam na educação superior, ressalta-se a perspectiva da inclusão social a partir do princípio de reparação social aos grupos, historicamente, excluídos do direito ao acesso à educação, no caso os povos descendentes de africanos e indígenas.” (CARVALHO, R.; JEZINE, E. p. 109. 2016). A partir desse momento foi iniciada uma luta estudantil, para agregar mais estudantes para fortalecer os cursos e colaborar para a permanência dos mesmos, que geralmente eram provenientes de outras cidades e estados, assentamentos e de comunidades distantes. Contudo uma problemática surgia: Qual o nível de aceitação que os próprios estudantes dos cursos superiores têm em relação às repúblicas? Dessa forma este trabalho teve como objetivo levantar o nível de aceitação dos estudantes dos cursos superiores em relação às repúblicas. Foi desenvolvido uma pesquisa, dividida em duas (02) etapas, com aplicação de questionário estruturado. A primeira etapa foi realizada no Segundo Seminário de Agroecologia e Produção Orgânica (II SEAPO) que ocorreu entre 18 e 19 de Maio de 2018, no *Campus* Guanambi, com uma amostra de 51 entrevistados. Na segunda etapa o mesmo questionário foi aplicado no *Campus* Uruçuca, com discentes e servidores dos cursos superiores no Instituto Federal atingindo-se 92 entrevistados. Foram construídas tabelas de distribuição de frequência, utilizando-se intervalos obtidos pelos critérios de Sturges, já os gráficos foram obtidos a partir do *Microsoft Excel*. No campus Uruçuca, o do total de entrevistados 85% corresponde à estudantes e 15% são servidores, já no *campus* Guanambi, os estudantes representam um total de 80%, enquanto os 20% restante são participantes de outras ocupações. Como resultados parciais, o *Campus* Uruçuca apresentou um percentual de 100% de participantes que concordam com a oferta de Residências Universitárias para estudantes, em vulnerabilidade social. No *Campus* Guanambi, 98,04% são a favor e 1,96% contra. Do ponto de vista geral dos entrevistados, discentes e servidores, se mostraram favoráveis, pois entendem que é a forma de atender os estudantes de locais distantes, e de baixa renda. De acordo com os relatos obtidos, as Residências Universitárias são necessárias para viabilizar o acesso à educação àqueles que: não possuem boa situação financeira; ou por serem estudantes de outros municípios e/ou estado não possuem condições de se manter por um período muito longo, considerando as despesas de aluguel na cidade, e ainda devido ao fato de que nem sempre os familiares podem prestar uma ajuda financeira por um tempo extenso para promover a permanência desses discentes nos cursos.

Palavras chaves: Repúblicas, baixa renda, reparação social

Referências: CARVALHO, R.; JEZINE, E. Permanência na educação superior: “um peso, duas medidas”. **Espaço do Currículo**, v.9, n.1, p. 108-120, Janeiro a Abril de 2016 p. 109.

GARRIDO, E. N.; MERCURI, E. N. G. S. A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 17, Número 1, Janeiro/Junho de 2013: 87-95.